

**REQUERIMENTO Nº     , DE 2015**

(CPICARF – Comissão Parlamentar de Inquérito do CARF, criada pelo  
RQS 407, de 2015)

**Senhor Presidente,**

Requeiro, nos termos dos artigos 58, § 2º, II, da Constituição Federal e 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada **audiência pública no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito** destinada a discutir proposta legislativa de alteração do contencioso administrativo tributário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a presença dos seguintes especialistas:

- 1 – **Carlos Alberto Freitas Barreto**, presidente do CARF;
- 2 – **Everardo de Almeida Maciel**, ex-secretário da Receita Federal do Brasil; e
- 3 – **Gilson Wessler Michels**, auditor fiscal da Receita Federal do Brasil.

**JUSTIFICAÇÃO**

No final do mês de março, o Brasil foi surpreendido com a divulgação de informações relativas à Operação Zelotes, que investiga denúncia de manipulação de julgamentos no âmbito do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

As suspeitas são de que, por meio de intermediários, conselheiros cobravam propina para anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos devidos à União.



Esse esquema criminoso, desbaratado pela atuação determinante da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, teria desviado aproximadamente R\$ 6 bilhões de reais, segundo notícias divulgadas na imprensa nacional.

Para contribuir na investigação desses gravíssimos fatos, foi criada, no âmbito do Senado Federal, esta Comissão Parlamentar de Inquérito do CARF.

Mas, para além da atividade de investigação, a CPI do CARF deve se voltar, também, para o debate e para a apresentação de soluções de reestruturação daquela Corte Administrativa e de todo o contencioso administrativo tributário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Com este requerimento, pretendo seja realizada audiência pública no âmbito da CPI do CARF, destinada a discutir propostas e iniciativas de aprimoramento do contencioso administrativo tributário, contando não só com a valiosa participação dos membros da comissão, mas também com técnicos e especialistas de reconhecida capacidade.

Por isso, solicito o apoio dos meus ilustres pares nesta Comissão Parlamentar de Inquérito para a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões,        de julho de 2015.

**Senador Ataídes Oliveira**  
**PSDB-TO**